

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	16
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Além dos riscos inerentes as nossas atividades, pode-se afirmar que os riscos mais significativos aos quais estamos expostos são os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito que estamos dispostos a se sujeitar no curso de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2011, não havia provisões a título de créditos de liquidação duvidosa que afetassem negativamente o resultado consolidado da Companhia.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía caixa suficiente para honrar seus compromissos, não estando exposta a este risco.

Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Normalmente, o aumento da despesa financeira em função do aumento da taxas de juros e do CDI é parcialmente compensado e mitigado pelo aumento das receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras e demais contas a receber corrigidas pelo CDI e taxas de juros.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2011, os saldos de rubricas importantes do ativo circulante, corrigidos pelo CDI (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), se encontravam superiores aos saldos de empréstimos e financiamentos denominados em reais e sujeitos à flutuação de taxas de juros, pode-se dizer que a exposição da Companhia a esse risco, no encerramento do último exercício, não existia.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia, através de sua controlada Carbocloro, está suscetível a variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano e ao euro.

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade da exposição da Companhia à volatilidade das taxas de câmbio (dólar norte-americano e euro) que busca mensurar a materialidade desse risco nos resultados da mesma em 31 de dezembro de 2011.

	Moeda estrangeira (em milhares)	Reais (em milhares)	Variação Cambial 10%
Exposição líquida USD	9.649	18.100	1.217
Exposição líquida EURO	1.426	3.471	347
Exposição Líquida Total		21.571	1.564

Premissas

Txa de câmbio (R\$/US\$)	1,8200
Txa de câmbio (R\$/Euro)	2,4342

Considerando a exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 10 pontos percentuais nas cotações do dólar norte-americano e do euro em um determinado ano, aumentaria as nossas despesas financeiras em aproximadamente R\$ 1.564 mil ao ano, enquanto que uma redução de 10 pontos percentuais nessas cotações reduziria as nossas despesas financeiras na mesma proporção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade. A nossa gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência, observando as orientações do Conselho de Administração.

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Liquidez

Visando a nossa proteção quanto ao risco de liquidez, uma das políticas que implementamos para gerir esses riscos é identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(ii) Risco de Mercado

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

(iii) Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

(iv) Risco de Taxa de Câmbio

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

A política da Companhia e sua controlada para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Ela se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que, nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Contudo, vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos derivativos contratados.

(v) Risco de Crédito

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os nossos ativos aos mesmos índices de nossos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2011 apresentavam um custo médio de 105,94% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 105,25% do CDI.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

As áreas financeira, de controladoria e jurídica, analisam os riscos periodicamente para informar à diretoria e ao Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional, a Diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia com as políticas de gestão de riscos, de acordo com a orientação e aprovação do Presidente e Relações com Investidores, que tem sua autonomia nas decisões financeiras aprovada pelo Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em nossa política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Considerando o perfil de nosso endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, a UNIPAR possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir eventuais investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir, demonstra que com base na geração de caixa medida pelo EBITDA, após a alienação dos Ativos Quattor em 2010, a companhia demonstra capacidade para a cobertura da dívida líquida, uma vez que, a Dívida Líquida/EBITDA em 2011 representava 0,9 vezes e em 2010, o índice era negativo em (0,38) vezes, não havendo necessidade de novas captações para honrar seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Dívida Líquida / EBITDA	2011	2010	2009
Empréstimos e Financiamentos	(448,0)	(571,9)	(982,1)
Caixa e Equivalentes de Caixa	8,6	24,9	20,4
Aplicações Financeiras	405,0	570,9	389,2
Dívida Líquida	(34,4)	23,9	(572,5)
EBITDA	38,3	63,0	43,3
Cobertura da Dívida Líquida/EBITDA (vezes)	0,90	(0,38)	13,23

¹Em 2009 não estão sendo consideradas as operações descontinuadas.

A tabela demonstrada no item 10.1.c, apresenta os índices de liquidez da UNIPAR, sendo que, tanto no curto, como no longo prazo, a empresa faz frente às obrigações assumidas.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate.
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate.

Os objetivos da UNIPAR ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da UNIPAR para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A UNIPAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalente a caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2009 era de 62,48%, em 31 de dezembro de 2010 passou a ser (6,81%), e em 31 de dezembro de 2011 passou a 8,24%, a elevação no índice de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

alavancagem financeira em 2011 foi decorrente, substancialmente, da aquisição de 25,25% do capital total da coligada Tecsis, no montante total de R\$ 126 milhões aportados em 06 de junho.

Em referência à possibilidade de resgate de ações, não existe no momento nenhuma previsão nesse sentido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Ao analisar a evolução das contas patrimoniais consolidadas da UNIPAR nos três últimos exercícios, é possível verificar a liquidez da empresa, demonstrando uma confortável capacidade de pagamento, em relação aos compromissos assumidos.

Olhando o longo prazo, no ano de 2009, o índice de liquidez geral era de 0,49, passando a ser de 1,21 em 2010, esta considerável melhora, ocorreu devido a entrada no caixa da alienação dos Ativos Petroquímicos. Em 2011 o mesmo índice tem uma pequena redução, para 1,09, refletindo especialmente a saída de caixa para aquisição da participação acionária na coligada Tecsis.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos índices de liquidez da UNIPAR, sendo possível identificar que tanto no curto, como no longo prazo, em 2011 a empresa faz frente às obrigações assumidas.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ		2009	2010	2011
CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE/ PASSIVO CIRCULANTE	2,54	3,56	2,11
GERAL	ATIVO CIRC + REALIZ.LP/ PASSIVO CIRC + PASSIVO NÃO CIRC.	0,49	1,21	1,09
SECA	ATIVO CIRC(-)ESTOQUES/ PASSIVO CIRCULANTE	2,50	3,52	2,05
IMEDIATA	DISPONIBILIDADES/ PASSIVO CIRCULANTE	2,08	3,18	1,74

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A necessidade de financiamento para capital de giro e para investimentos da companhia, tem sido supridas por meio de captações de contratos financeiros, de curto e longo prazo, sendo que a última captação ocorreu em março de 2008, os quais foram alocados na constituição das empresas Quattor, a exceção, foi à geração de recursos por meio da alienação dos ativos Quattor, no ano de 2010.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A UNIPAR não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional.

Assim mesmo, temos capacidade de captarmos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais poderão ser empregados no financiamento de eventuais necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
 - ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
 - iii. grau de subordinação entre dívidas;
 - iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento consolidado da UNIPAR era de R\$ 447.973 mil, conforme abaixo:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	2011	2010	2009
Circulante	205,3	150,0	89,8
não Circulante	242,7	421,9	892,3
Empréstimos e Financiamentos Total	448,0	571,9	982,1

Em 31 de dezembro de 2011, a UNIPAR apresentava uma Dívida Líquida consolidada de R\$ 34 milhões, desta forma atendia a restrição de Dívida líquida/EBITDA < 3 estabelecido em seus contratos de financiamentos com saldo de R\$ 252,8 milhões em 31/12/11, sendo que os demais contratos não apresentam restrições.

Dívida Líquida R\$ milhões – 31/12/2011

Consolidado	Dívida bruta	Caixa e Eq. a caixa + Tít. e Valores Mobiliários	Dívida líquida
Total	448	414	34

Cabendo destacar os seguintes contratos de empréstimos e financiamentos relevantes:

Consolidado (em R\$ mil)	Saldo Devedor (31/12/2011)	Encargos	Vencimento	Garantias	Credor	Principais Restrições
UNIPAR	252.836	106% do CDI	dez-14	Caução ações e dividendos/CDB Banco do Brasil	Banco do Brasil	Dívida Líquida / EBITDA (i) < 5 (2009) (ii) < 4 (2010) (iii) < 3 (a partir de 2011)
UNIPAR	87.114	106,5% do CDI	mai-14			-
UNIPAR	36.050	104,2% do CDI	mai-12			-
Carbocloro	24.708	UR TJLP + 2,33%	jan-14	Hipoteca planta	BNDES	-

Do ponto de vista contratual, não há grau de subordinação entre as dívidas.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

O saldo remanescente do nosso endividamento refere-se a financiamentos contratados com o Banco do Brasil, que tem o seu término programado para 2014, os quais foram alocados na constituição societária da Quattor, cujos ativos foram alienados em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Comparação das Informações Financeiras Consolidadas dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

R\$ Milhões	2009	2010	2011
Receita Líquida	362,9	316,2	345,3
CPV	(217,5)	(193,9)	(211,2)
Lucro Bruto	145,4	122,3	134,1
Margem Bruta, %	40%	39%	39%
Receita/(Despesas) Operacionais	(136,0)	(79,9)	(91,7)
Participação no Prejuízo de Coligada	0,0	0,0	(25,6)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	9,4	42,4	16,8
Resultado Financeiro Líquido	(34,6)	0,2	4,1
Lucro Antes de IR/CS e Participações	(25,2)	42,6	20,9
Provisão IR/CS	(24,8)	(12,3)	(16,4)
Lucro (Prejuízo) das Op. Continuadas	(50,0)	30,3	4,4
Operações Descontinuadas	(605,5)	0,0	0,0
Participação Minoritários	56,5	0,0	0,0
Lucro (Prejuízo) Líquido	(599,0)	30,3	4,4

EBITDA	413,5	62,6	38,3
Margem EBITDA, %	114%	20%	11%

Receita Líquida de Vendas e Serviços:

A receita líquida atingiu em 2011 R\$ 345,3 milhões, cerca de 9% acima do patamar registrado no exercício de 2010, de R\$ 316,2 milhões, que foi cerca de 13% abaixo do patamar registrado no exercício de 2009, no valor de R\$ 363 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados:

Em 2011, o CPV da UNIPAR acumulou R\$ 211,2 milhões, contra o valor de R\$ 193,9 milhões registrado em 2010, sendo que em 2009 o valor foi de R\$ 217,5 milhões.

Resultado Bruto:

O lucro bruto acumulou R\$ 134,1 milhões em 2011, se situando 10% acima do valor apurado em 2010. Com relação à margem bruta, correspondeu a 39% da receita líquida auferida em 2011, mesmo patamar de 2010, sendo que o lucro bruto acumulado em 2010 foi de R\$ 122,3 milhões, situando-se 15,9% aquém do valor apurado em 2009. Com relação à margem bruta, 39% da receita líquida auferida em 2010, patamar inferior ao registrado em 2009, na ordem de 40,0%, considerando apenas as operações continuadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Despesas Operacionais Líquidas:**

As despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 91,7 milhões, superior ao patamar verificado em 2010, de R\$ 79,9 milhões, sendo que em 2009 as despesas operacionais líquidas atingiram R\$ 136,0 milhões.

EBITDA:

O EBITDA de 2011 atingiu R\$ 38,3 milhões, abaixo do valor de R\$ 62,6 milhões obtido em 2010, com a margem sobre a receita líquida alcançando cerca de 11% em 2011, contra 20% auferido no exercício de 2010.

Em 2009 o valor do EBITDA foi de R\$ 413,5 milhões, com a margem sobre a receita líquida alcançando cerca 114%, cabe destacar que o EBITDA de 2009 inclui as operações das empresas alienadas.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro líquido em 2011 registrou uma receita de R\$ 4,1 milhões, acima do valor de R\$0,2 milhões apurado em 2010, refletindo, sobretudo, a dívida líquida negativa da controladora, gerando despesas financeiras com juros da dívida, inferior ao rendimento gerado pelas aplicações financeiras. A despesa apurada em 2009, foi de R\$ 34,6 milhões, a redução das despesas financeiras em 2010 refletiu, sobretudo, o efeito positivo da entrada de recursos dos ativos alienados e redução do custo de carregamento da dívida, devido ao pré-pagamento das dívidas mais caras no valor de R\$ 380 milhões em 2010.

Resultado Líquido Consolidado:

O resultado da UNIPAR em 2011 correspondeu a um lucro líquido de R\$ 4,4 milhões, abaixo do valor de R\$ 30,3 milhões acumulado em 2010. A redução no resultado reflete, substancialmente, os efeitos da equivalência patrimonial negativa da sua coligada Tecsís.

O resultado da UNIPAR em 2010 contrapõe-se ao prejuízo de R\$ 599,0 milhões acumulado em 2009, onde refletiu, substancialmente, os efeitos contábeis das alienações citadas no ano de 2010, item 10.1a.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial Ativo - Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

VARIÁÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO								
Ativo	Saldos (milhares de Reais)			Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2010 x 2009	2011 x 2010
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	20.446	24.914	8.638	0,3%	2,5%	1,0%	21,9%	-65,3%
Títulos e valores mobiliários	286.189	570.870	405.089	4,3%	56,6%	45,5%	99,5%	-29,0%
Contas a receber	37.679	38.559	34.299	0,6%	3,8%	3,9%	2,3%	-11,0%
Impostos a recuperar	18.670	21.192	30.523	0,3%	2,1%	3,4%	13,5%	44,0%
Estoques	6.077	7.825	12.884	0,1%	0,8%	1,4%	28,8%	64,7%
Partes relacionadas	2.034	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
Outros ativos circulantes	4.122	3.565	8.640	0,1%	0,4%	1,0%	-13,5%	142,4%
	375.217	666.925	500.073	5,7%	66,1%	56,2%	77,7%	-25,0%
Ativos não circulantes mantidos para venda	5.822.485			88,3%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
	6.197.702	666.925	500.073	93,9%	66,1%	56,2%	-89,2%	-25,0%
Não circulante								
Contas a receber	2.430	143	1.602	0,0%	0,0%	0,2%	-94,1%	1020,3%
Títulos e valores mobiliários	103.052	-	-	1,6%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.752	11.577	7.657	0,2%	1,1%	0,9%	-1,5%	-33,9%
Impostos a recuperar	6.660	2.159	1.482	0,1%	0,2%	0,2%	-67,6%	-31,4%
Estoques	5.593	5.370	6.704	0,1%	0,5%	0,8%	-4,0%	24,8%
Depósitos Judiciais	20.455	80.362	33.921	0,3%	8,0%	3,8%	292,9%	-57,8%
Outros ativos não circulantes	136	793	646	0,0%	0,1%	0,1%	483,1%	-18,5%
Investimentos em subsidiárias e controladas em conjunto e coligada	15	-	100.378	0,0%	0,0%	11,3%	-100,0%	
Ágio e intangível	1.651	1.254	1.113	0,0%	0,1%	0,1%	-24,0%	-11,2%
Imobilizado	247.666	240.862	236.246	3,8%	23,9%	26,5%	-2,7%	-1,9%
	399.410	342.520	389.749	6,1%	33,9%	43,8%	-14,2%	13,8%
Total do ativo	6.597.112	1.009.445	889.822	100%	100%	100%	-84,7%	-11,9%

A seguir, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do Ativo, e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios:

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são aplicações financeiras que incluem Certificados de Depósitos Bancários, Debêntures de empresas privadas, Cotas de Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Operações Compromissadas, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2011 a Companhia mantinha R\$ 405,1 milhões (R\$ 570,8 milhões em 31/12/2010) no ativo circulante.

Essa redução nos títulos e valores mobiliários ocorreu especialmente, em função do pagamento do investimento na coligada Tecsis.

Em 31/12/2009, os títulos e valores mobiliários apresentavam o valor de R\$ 286,2 milhões (ativo circulante), comparando ao saldo de 2010, houve uma elevação em especial pela finalização do processo de alienação dos ativos petroquímicos em maio de 2010 com as efetivas entradas de caixa.

Depósitos Judiciais

O ano de 2011 encerrou com um saldo de R\$33,9 milhões, sendo que em 2010, o saldo era de R\$ 80,3 milhões, a redução deve-se especialmente pela liberação R\$51 milhões, de parte do depósito feito em 2010, referente ao processo de execução fiscal de ex-controlada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2009 o saldo era de R\$ 20,4 milhões, o aumento dos depósitos judiciais em 2010, deu-se especialmente, por processos de execução fiscal em que se busca responsabilizar a Companhia por débitos de ex-controlada (R\$ 55 milhões).

Investimentos em subsidiárias, controlada em conjunto e coligada

Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica não apresentava saldo, e em 31 de dezembro de 2011 encerrou com um saldo de R\$100,3 mil, representado pelo investimento na coligada Tecsis, conforme composição abaixo:

Aquisição de Investimento - proporcional ao valor do patrimônio líquido da coligada	24.790
Ágio sobre aquisição Tecsis	42.550
Aquisição de Investimento - proporcional ao valor da mais valia de ativos e passivos da coligada	58.612
Participação nos lucros (prejuízos) de investida	(25.574)
Investimentos em subsidiárias, controlada em conjunto e coligada	100.378

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial Passivo e patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

VARIAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO								
Passivo e patrimônio líquido	Saldos (milhares de Reais)			Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2010 x 2009	2011 x 2010
Circulante								
Fornecedores	7.275	6.495	8.446	0,1%	0,6%	0,9%	-10,7%	30,0%
Partes relacionadas	2.446	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
Empréstimos	89.754	149.993	205.307	1,4%	14,9%	23,1%	67,1%	36,9%
Imposto de renda e contribuição social	6.524	136	697	0,1%	0,0%	0,1%	-97,9%	412,5%
Outros impostos e contribuições a pagar	11.164	11.015	4.826	0,2%	1,1%	0,5%	-1,3%	-56,2%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4.888	1.993	965	0,1%	0,2%	0,1%	-59,2%	-51,6%
Provisões	854	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
Outros Passivos	24.695	17.776	16.956	0,4%	1,8%	1,9%	-28,0%	-4,6%
	147.600	187.408	237.197	2,2%	18,6%	26,7%	27,0%	26,6%
Passivos de grupos de ativos mantidos para venda	5.180.779			78,5%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
	5.328.379	187.408	237.197	80,8%	18,6%	26,7%	-96,5%	26,6%
Não circulante								
Empréstimos	892.361	421.936	242.666	13,5%	41,8%	27,3%	-52,7%	-42,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.584	1.512	1.357	0,1%	0,1%	0,2%	-57,8%	-10,3%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	13.488	14.502	16.073	0,2%	1,4%	1,8%	7,5%	10,8%
Contingências	15.253	10.000	11.236	0,2%	1,0%	1,3%	-34,4%	12,4%
Outros Passivos	240	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
	924.926	447.950	271.332	14,0%	44,4%	30,5%	-51,6%	-39,4%
Total do passivo	6.253.305	635.358	508.529	94,8%	62,9%	57,1%	-89,8%	-20,0%
Patrimônio líquido								
Capital	835.498	835.498	835.498	12,7%	82,8%	93,9%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(715)	(715)	(715)	0,0%	-0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	109.220	-	-	1,7%	0,0%	0,0%	-100,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(18)	(34)	-	0,0%	0,0%	0,0%	88,9%	-100,0%
Prejuízos acumulados	(600.178)	(460.662)	(453.490)	-9,1%	-45,6%	-51,0%	-23,2%	-1,6%
Total do patrimônio líquido	343.807	374.087	381.293	5,2%	37,1%	42,9%	8,8%	1,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.597.112	1.009.445	889.822	100,0%	100,0%	100,0%	-84,7%	-11,9%

A seguir, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do Passivo e patrimônio líquido, e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios:

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31/12/2011 totalizavam R\$ 448,0 milhões (R\$ 572,9 milhões em 31/12/2010), dos quais 45,84% eram de curto prazo e 54,16% de longo prazo. A redução da rubrica empréstimos e financiamentos no comparativo com 2010 reflete o fluxo normal de liquidação.

Em 31/12/2009 o saldo de empréstimos e financiamentos era de R\$ 982,1 milhões. A redução do saldo em 2010 no comparativo com 2009 deve-se especialmente, ao pré-pagamento da ordem de R\$ 380 milhões no 2º trimestre de 2010, seguindo a orientação do Conselho de Administração para a liquidação das operações com taxas superiores a 106,5% do CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial.

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita;*

Ao longo dos exercícios de 2011, 2010 e 2009, nossa receita consolidada decorreu principalmente da venda e comercialização de produtos químicos através de nossa controlada em conjunto Carbocloro.

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.*

No ano de 2009 o preço da soda (principal produto da Carbocloro) no mercado internacional atingiu patamares historicamente muito baixos, iniciando sua recuperação a partir do 3T10, e capturado no resultado da UNIPAR a partir do 4T10, no ano de 2011, os preços no mercado internacional, continuaram em evolução.

Embora tenha ocorrido uma melhora nas cotações de soda no mercado internacional, o excesso de produto importado no 2º semestre de 2011, obrigou a Carbocloro a reduzir suas margens no mercado interno, o qual é gerador de 94% da receita líquida.

Em 2011, o principal impacto para a retração no resultado da UNIPAR foi a equivalência patrimonial negativa de sua coligada Tecsis.

A receita líquida acumulada da Tecsis em 2011 foi de R\$ 587,6 milhões, 40% acima do valor auferido em 2010, de R\$ 420,5 milhões, refletindo a melhora no mercado mundial de energia eólica e o plano da retomada das operações pós-capitalização, ocorrida no mês de junho de 2011. No segundo semestre do ano, a receita líquida totalizou R\$ 364,6 milhões vs R\$ 223,0 milhões no primeiro semestre do ano.

b) **variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Controlada Carbocloro

Considerando que os preços/ margens dos produtos químicos negociados por nossa controlada seguem referências internacionais, grande parte de nossa receita consolidada está, de alguma forma, indexada à variação da moeda norte-americana, movimentos no mercado Americano podem influenciar fortemente a receita da Companhia.

Em 2010 a Carbocloro teve um aumento no volume dos produtos vendidos em relação a 2009, porém, a queda nos preços da soda cáustica representou a maior contribuição para a redução na receita líquida consolidada da Companhia em 2010 de R\$ 47 milhões comparando a 2009.

Já em 2011, a tendência de recuperação nos preços internacionais, foi mantida, agregado a um maior volume de vendas, refletiu num aumento da receita líquida consolidada em 2011 de R\$ 29 milhões em comparação a 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Coligada Tecsís**

Embora com diversas ações em curso, iniciadas no segundo semestre do ano, a Tecsís apresentou um prejuízo líquido de R\$ 230,2 milhões em 2011, que foi fortemente impactado pela variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira. Como parte da política de proteção à exposição à moeda estrangeira, a Tecsís busca casar o indexador e moeda da dívida financeira aos recebíveis, criando assim um hedge natural. A despesa financeira do período refletiu forte oscilação cambial de mais 13%. Apesar disso, é importante mencionar que, na data da capitalização, a dívida remanescente da Tecsís foi renegociada em sua totalidade, com perfil de longo prazo, 1 ano de carência para amortização de juros e 2 anos de carência para amortização de principal. Portanto, a referida despesa financeira não representou impacto no caixa.

A seguir detalhe da receita líquida consolidada do exercício de 2011 comparada a 2010, e 2010 comparada a 2009:

Receita Líquida Consolidada (R\$ milhões)	2011	Variação 2011/2010	2010	Variação 2010/2009	2009
Receita de Clientes - Mercado Interno - Cloro e Soda	326	13,99%	286	-8,92%	314
Receita de Clientes - Mercado Interno - Outros	0	0,00%	0	0,00%	0
Receita de Clientes - Mercado Interno - Total	326	13,99%	286	-8,92%	314
Receita de Clientes - Mercado externo - Cloro e Soda	19	26,67%	15	15,38%	13
Receita de Clientes - Mercado externo - Outros	0	-100,00%	15	-58,33%	36
Receita de Clientes - Mercado externo - Total	19	-36,67%	30	-38,78%	49
Receita de Clientes - Total	345	9,18%	316	-12,95%	363

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Não ocorreram flutuações relevantes em nossos custos, influenciados por alterações nos indicadores econômicos indicados neste item. O resultado das nossas operações podem ser afetados pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGPM, INPC e IPCA), nossos custos fixos operacionais tendem a seguir tais índices. Aumentos nas taxas de inflação, também afetam o mercado de soda e cloro, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

Resultado Operacional

A variação negativa no lucro operacional de R\$ 25 milhões (2011 R\$ 17 milhões e 2010 R\$ 42 milhões) refere-se substancialmente, ao reconhecimento da participação da UNIPAR no prejuízo da coligada Tecsís.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultado Financeiro do Emissor**

A variação positiva no resultado financeiro de R\$ 4 milhões (2011 R\$ 4,1 e 2010 R\$ 0,1 milhões), refere-se substancialmente a resultado positivo do saldo de caixa da Controladora.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional;**
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

O ano de 2009 foi marcado pelos entendimentos com os acionistas da Braskem e Petrobrás para estudo de eventual negociação da participação societária da UNIPAR na Quattor Participações S.A., que culminaram com a celebração do Acordo de Investimento, em 22 de janeiro de 2010.

Segundo o Acordo de Investimento, a UNIPAR se comprometeu a vender à Braskem a totalidade de suas participações societárias na Quattor (correspondente a 60% do capital total e votante), na Unipar Comercial (correspondente a 100% do capital total e votante) e na Polibutenos (correspondente a 33,33% do capital total e votante).

O valor total da transação refletida no Acordo de Investimento atingiu R\$ 870 milhões, sendo R\$ 647,3 milhões pela Quattor, R\$ 27,7 milhões pela Unipar Comercial, R\$ 25 milhões pela Polibutenos e R\$ 170 milhões que correspondem ao valor líquido atribuído pela UNIPAR por suas obrigações assumidas, pela Braskem, no âmbito da opção de venda de ações da Quattor (resultantes do compromisso de migração da Rio Polímeros) outorgada ao BNDES Participações S.A.

Para a UNIPAR, a alienação da participação na Quattor representou uma alternativa atrativa vis-à-vis a situação do referido ativo, inserido em um setor com perspectivas futuras desafiadoras e com riscos crescentes de refinanciamento a partir de 2011, que penalizavam muito o perfil de crédito e liquidez do grupo. A oportunidade de negócio também foi evidenciada pelo múltiplo de venda implícito na transação, que alcançou 15,0 x EBITDA do período, bastante superior ao observado em transações similares no setor.

A Quattor Participações S.A. representava o canal de atuação da UNIPAR no setor petroquímico nacional. Criada através da fusão dos principais ativos petroquímicos da UNIPAR e da Petrobrás, a Quattor nasceu em um momento delicado e desafiador para o setor petroquímico mundial. O ciclo de baixa do setor e a alta volatilidade dos preços do petróleo/nafta, aliados a forte crise financeira global desencadeada no final de 2008, prejudicaram a performance e rentabilidade da Quattor e pressionaram sua estrutura de capital. A Quattor foi criada com um perfil de dívida de médio/longo prazo, mas com uma estrutura de capital fortemente alavancada e com um ambicioso programa de investimentos em andamento. Em 31 de dezembro de 2009, a dívida total da Quattor era de R\$ 7,4 bilhões e a posição de caixa de R\$ 672,7 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, acumulou R\$ 534,6 milhões no decorrer de 2009.

A tendência internacional de atuação do setor petroquímico de forma mais integrada e com economia de escala, combinado com a necessidade de fortalecimento da estrutura de capital da Quattor, motivaram a negociação de nossa participação e a criação de uma única empresa petroquímica brasileira, com porte internacional de produção e plena integração produtiva entre 1ª e 2ª gerações, em parceria da Petrobrás e Odebrecht S.A., principais acionistas da Braskem.

Cabe destacar que, após a conclusão da operação, a UNIPAR voltou a apresentar perfil confortável e conservador de crédito e liquidez, com baixa alavancagem consolidada e forte índice de cobertura da dívida da holding, baseado na posição de caixa e expectativa de dividendos a receber da Carbocloro.

Após a liquidação financeira da operação, agência de classificação de risco Fitch elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da UNIPAR para 'A+(bra)', com Perspectiva Estável, de 'A-(bra)'. Segundo a Fitch, a medida reflete o efeito positivo no perfil de crédito da companhia decorrente da alienação das participações prevista no Acordo de Investimento.

No ano de 2011, as atenções da UNIPAR se concentraram na prospecção e avaliação de alternativas para aplicação e investimento do seu caixa, bem como na busca de uma estrutura de capital e negócio que maximizasse o valor da UNIPAR.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Visando a diversificação de seu portfólio de investimentos, a Companhia concretizou em 30 de maio de 2011, Acordo de Investimento com a BNDES Participações S.A., a Estater Gestão de Investimentos Ltda., e com certos credores da empresa Tectis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A., a aquisição de participação acionária na Tectis.

Nos termos desse Acordo, a UNIPAR subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, no montante total de R\$ 126 milhões equivalente a US\$ 80 milhões, aportados em 06 de junho de 2011, a BNDESPar subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, enquanto a Estater subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 14,75% do capital votante e a 12% do seu capital total e os credores da Tectis, por meio de um fundo de investimento em participações ("FIP"), subscreveram ações preferenciais correspondentes a 15,62% do capital total da Tectis, permanecendo os antigos controladores da Tectis com uma participação em ações ordinárias de 23,15% e em ações preferenciais de 16,34%, correspondentes a 21,88% do capital total da Tectis.

Em março de 2013, a Companhia celebrou, por meio de sua subsidiária Carbocloro Participações Ltda., Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com subsidiárias da Occidental Petroleum Corporation ("Grupo Occidental"), tendo por objeto a aquisição indireta da totalidade da participação detida pelo Grupo Occidental na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Carbocloro ("Aquisição"). A Aquisição se efetivou em maio de 2013, quando a UNIPAR se tornou titular indireta da totalidade do capital social da Carbocloro.

O preço final da Aquisição, corrigido e calculado nos termos do Contrato de Compra e Venda, foi de R\$ 554.047.274,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quarenta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais) ("Preço de Aquisição"), o que atribui à Carbocloro um valor de empresa ("*Enterprise Value*") de aproximadamente R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). Considerando-se o EBITDA esperado pela administração para o ano de 2013, bem como estimativas e projeções preliminares do valor presente dos benefícios esperados da Aquisição, o *Enterprise Value* implícito no preço de Aquisição representa 4,5 vezes o EBITDA de Carbocloro.

Considerando o histórico de alta geração de caixa da Carbocloro, e a expectativa dos benefícios esperados com a Aquisição, a administração acredita que a operação agregará valor a Companhia e a seus acionistas.

c) eventos ou operações não usuais.

Além da efetivação das operações descritas acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais à Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis.****Adoção de CPC e/ou IFRS pela primeira vez****Base da transição para o CPC e/ou IFRS****Aplicação do CPC 37 e 43 e IFRS 1**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva do CPC e/ou IFRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela UNIPAR.

Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia**(a) Isenção de combinação de negócios**

A Companhia optou por aplicar a isenção de combinação de negócios descrita no CPC 37 e 43 e IFRS 1 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção de benefícios aos empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os custos do serviço passado referentes aos benefícios aos empregados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. A aplicação desta isenção está detalhada no quadro 10.4.(b) (i).

(c) Outras isenções

A Companhia optou por não aplicar as isenções remanescentes com relação à aplicação retrospectiva. As isenções opcionais são:

- . Isenção do valor justo como custo presumido para itens do imobilizado, uma vez que o valor justo dos ativos da Companhia, que se referem basicamente aos ativos da controlada em conjunto Carbocloro, se aproximam de seus respectivos valores contábeis.
- . O pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

uma vez que o BR GAAP antigo e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009.

- . Os contratos de seguro, pois a Companhia não tem operações desse tipo.
- . Instrumentos financeiros compostos porque a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição para o CPC e/ou IFRS.
- . Passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo.
- . Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01 e IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo do ICPC 01 e IFRIC 12.

Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As exceções obrigatórias no CPC 37 e 43 e IFRS 1 não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil nessas áreas e/ou as mesmas não eram aplicáveis à situação da Companhia:

- . Exceção da contabilização de *hedge*.
- . Exceção das estimativas.

Conciliação entre BR GAAP antigo e CPC e/ou IFRS

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Gastos pré-operacionais

Até 31 de dezembro de 2008, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais na Companhia de ativo diferido. O CPC/IFRS determina que gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente.

Dessa forma, os saldos de R\$ 14.664 e R\$ 390.446 (controladora e consolidado, respectivamente) em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 123 (consolidado) em 31 de dezembro de 2009, bem como a amortização de R\$ 14.664 e R\$ 74.462 (controladora e consolidado, respectivamente) reconhecida durante o exercício de 2009 foram ajustados.

(b) Benefícios de empregados**(i) Gratificação por tempo de serviço**

Até 31 de dezembro de 2008, nos termos do BR GAAP antigo, especificamente no que diz respeito a Norma de Pronunciamento Contábil n.º 26 na qual não havia previsão da

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

contabilização de benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço, a Controlada Carbocloro não adotava como prática contábil a contabilização destes benefícios. O CPC/IFRS determina que todo custo do serviço passado destes benefícios devem ser imediatamente reconhecidos. Desta forma, os saldos de R\$ 2.099 e R\$ 1.970 (correspondente à participação de 50% da Companhia nessa investida), em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram ajustados.

(ii) Benefícios de plano de pensão, assistência médica e aposentadoria compulsória

A Companhia optou por reconhecer os efeitos acumulados de ganhos e perdas atuariais sobre benefícios—de assistência médica e aposentadoria compulsória diretamente na conta de resultados acumulados no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 para fins de adoção dos CPC e IFRS. Desta forma, os saldos R\$ 2.794 e R\$ 3.124 de assistência médica e R\$ 8.375 e R\$ 8.395 de aposentadoria compulsória, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 (correspondente à participação de 50% da Companhia nessa investida), respectivamente, foram ajustados.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As mudanças no imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para o CPC/IFRS e totalizavam R\$ 128.483 em 1º de janeiro de 2009 no consolidado e R\$ 1.112 e R\$ 1.660 em 31 de dezembro de 2009 na Controladora e no consolidado, respectivamente.

(d) Efeito de operações descontinuadas

Conforme definido pelo CPC 31, os ativos e passivos, assim como os resultados gerados pelos ativos destinados a venda, anteriormente classificados como investimentos, foram reclassificados para contas específicas de ativo e passivo assim como o resultado foi segregado em uma linha da demonstração de resultado.

(e) Reversão de deságios

Os valores dos deságios decorrentes de operações realizadas antes da data de transição para adoção dos CPCs e IFRSs foram baixados em contrapartida ao patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009.

(f) Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia apresenta operações de *vendor* que estavam contabilizadas de forma redutora no contas a receber. Pelo fato de uma operação de *vendor* não atender aos critérios estabelecidos pelo CPC 38 para baixa de ativos financeiros, os valores reconhecidos referentes à essas operações foram reclassificados para o passivo circulante.

(g) Participação de acionistas não controladores

A participação dos acionistas não controladores (também conhecida por Participação dos Minoritários) foi agregada ao patrimônio líquido e nele identificada, deixando assim de ser incluída em rubrica específica, acima do patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(h) Lucros acumulados**

Exceto pelos itens de reclassificação, assim como os efeitos que envolvem o resultado de 2009, dos demais itens apresentados acima foram registrados contra a conta de lucros acumulados.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para o CPC/IFRS nas seguintes datas:

- . Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.
- . Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009.
- . Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**b) efeitos significativos das alterações em praticas contábeis.****Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009**

	Controladora			Consolidado			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Ativos	Passivos	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldo de abertura de práticas anteriores em 1º de janeiro de 2009	1.983.228	951.024	1.032.204	11.919.403	9.954.475	932.724	1.032.204
CPC 37 - Adoção Inicial das Novas Normas - Baixa do Ativo Diferido	(14.664)		(14.664)	(390.446)			(390.446)
CPC 18 - Investimentos em Controladas - Ajustes Reflexos de Investidas	(70.195)		(70.195)				
CPC 37- Adoção Inicial das Normas - Reclassificação de Depósitos Judiciais				1.456	1.456		
CPC 33 - Benefícios a Empregados					2.348		(2.348)
CPC 15 - Combinação de Negócios - Reversão de Deságios					(133.847)		133.847
CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Desreconhecimento de Ativos Financeiros				99.232	99.232		
Ajuste de não controladores						(45.605)	45.605
Impostos diferidos sobre ajustes adoção CPCs				128.483			128.483
Efeito total dos ajustes em 1º de janeiro de 2009	(84.859)		(84.859)	(161.275)	(30.811)	(45.605)	(84.859)
Reclassificação de participação de não controladores para patrimônio líquido						(887.119)	887.119
Saldo de acordo com CPCs em 1º de janeiro de 2009	1.898.369	951.024	947.345	11.758.128	9.923.664		1.834.464

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009**

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo de abertura de práticas anteriores em 31 de dezembro de 2009	<u>1.262.169</u>	<u>915.017</u>	<u>347.152</u>	<u>1.419.179</u>	<u>1.072.027</u>	<u>347.152</u>
CPC 37 - Adoção Inicial das Novas Normas - Baixa do Ativo Diferido				(123)		(123)
CPC 18 - Investimentos em Controladas - Ajustes Reflexos de Investidas	(5.647)	(4.461)	(1.186)			
CPC 31 - Operações Descontinuadas				5.180.779	5.180.779	
CPC 33 - Benefícios a Empregados					1.611	(1.611)
CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Desreconhecimento de Ativos Financeiros	(3.271)		(3.271)	(3.271)		(3.271)
Impostos diferidos sobre ajustes adoção CPCs	<u> </u>	<u>(1.112)</u>	<u>1.112</u>	<u>548</u>	<u>(1.112)</u>	<u>1.660</u>
Efeito total dos ajustes em 31 de dezembro de 2009	<u>(8.918)</u>	<u>(5.573)</u>	<u>(3.345)</u>	<u>5.177.933</u>	<u>5.181.278</u>	<u>(3.345)</u>
Saldo de acordo com CPCs em 31 de dezembro de 2009	<u><u>1.253.251</u></u>	<u><u>909.444</u></u>	<u><u>343.807</u></u>	<u><u>6.597.112</u></u>	<u><u>6.253.305</u></u>	<u><u>343.807</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Conciliação do lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2009**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro líquido (antes de participação de não controladores) de práticas anteriores em 31 de dezembro de 2009	<u>(680.554)</u>	<u>(760.927)</u>
CPC 37 - Adoção Inicial das Novas Normas - Reversão de Amortização do Ativo Diferido	14.664	74.462
CPC 18 - Investimentos em Controladas - Ajustes Reflexos de Investidas	58.369	18
CPC 33 - Benefícios a Empregados		735
CPC 38 - Instrumentos Financeiros	(3.271)	(3.271)
CPC 31 - Operações Descontinuadas	10.655	32.595
Impostos Diferidos sobre Ajustes Adoção CPCs	<u>1.112</u>	<u>863</u>
Efeito total dos ajustes em 31 de dezembro de 2009	<u>81.529</u>	<u>105.402</u>
Saldo de acordo com CPCs em 31 de dezembro de 2009	<u>(599.025)</u>	<u>(655.525)</u>
Atribuível a		
Acionistas da Companhia		(599.025)
Participação dos não controladores		<u>(56.500)</u>
		<u>(655.525)</u>

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não houve ressalvas e ênfases no parecer dos auditores independentes no ano de 2009. Nos anos de 2010 e 2011, não houve ressalva, houve um parágrafo de ênfase, a saber:

Ênfase:

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da UNIPAR PARTICIPAÇÕES S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

No Brasil, todas as empresas que apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS, e que tem participação em Investimentos em controladas e coligadas, apresentam esta “ênfase” no relatório da auditoria independente, pois, de acordo com a legislação Brasileira, a prática de reconhecer tal Investimento deve ser pelo ‘Método da Equivalência Patrimonial’ enquanto que para a prática do IFRS, dever ser pelo “custo” ou “valor justo”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de certos ativos financeiros e de instrumentos derivativos mensurados aos seus respectivos valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas no item 2.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**1.1 Consolidação****(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes políticas contábeis são aplicadas às controladas, controladas em conjunto e coligadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada são os valores justos dos ativos transferidos, os passivos incorridos e as participações no capital emitidas pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensuradas inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Numa base aquisição por aquisição, a Companhia reconhece a participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da parte da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(ii) Controladas em conjunto "joint ventures"

Joint ventures são aqueles investimentos nas quais o controle é exercido conjuntamente

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são consolidados proporcionalmente. A Companhia consolida linha por linha a sua participação nos ativos, passivos, ingressos, despesas e fluxos de caixa com as correspondentes linhas das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia reconhece a proporção dos ganhos e perdas nas vendas de ativos pelo grupo para a *joint venture* que é atribuível para os outros sócios. A Companhia não reconhece sua participação de ganhos da *joint venture* correspondentes a compras pela Companhia e suas subsidiárias de ativos da *joint venture* até sua venda para um terceiro. As perdas são reconhecidas de forma imediata se representam evidência de uma redução no valor de realização dos ativos circulantes ou uma perda por *impairment*.

(iii) Coligadas

Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em controlada em conjunto (*joint ventures*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é geralmente evidenciada por uma participação no poder de voto de 20% ou mais, representação no conselho de administração ou na diretoria da investida, participação nos processos de elaboração de políticas, operações materiais entre o investidor e investida, intercâmbio de diretores ou gerentes ou fornecimento de informação técnica essencial. A Companhia reconhece sua participação em coligada pelo método da equivalência patrimonial. No momento da aquisição o custo do investimento é representado pelo valor justo dos ativos e passivos da coligada adquiridas, sendo a diferença apurada entre o valor pago e o valor de mercado desses ativos e passivos classificado como ágio (“goodwill”).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controlada em conjunto e em coligada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria a custo ou valor justo.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada em conjunto e coligada foi inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pelas investidas. A parte da Companhia no lucro ou prejuízo do período das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do período. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

1.2 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva sob a orientação do Conselho de Administração a quem cabe as decisões estratégicas da Companhia.

1.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) **Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

1.5 Ativos financeiros

1.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação") e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) *Mantidos para negociação*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando contratados, também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

(b) *Empréstimos e recebíveis*

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

1.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras ou Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1.5.3 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

1.5.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

1.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

1.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à subutilização da capacidade normal é debitado ao resultado do período. As peças para reposição são registradas com base no custo de aquisição e baixadas como custo de produção por ocasião do consumo ou da obsolescência.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**1.8 Depósitos judiciais**

Os depósitos são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tais depósitos sejam legalmente compensáveis contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

1.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, através de uma venda e quando a efetivação dessa venda for altamente provável. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

1.10 Ativos intangíveis***Programas de computador (softwares)***

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos, são amortizados usando-se o método linear.

1.11 Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e construções	25 a 31
Equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	5 a 6
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

1.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

1.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

1.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

1.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

1.17 Benefícios aos empregados**(a) Obrigações de aposentadoria**

A controlada em conjunto opera planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando como referencia taxas de juros de títulos de longo prazo de alta qualidade.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) *Assistência médica pós-aposentadoria*

A controlada em conjunto Carbocloro oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionários tenha seu contrato de trabalho rescindido, (ii) tenha mais de 55 anos de idade e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa controlada em conjunto. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) *Aposentadoria compulsória*

A controlada em conjunto Carbocloro possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

(d) *Benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço*

Os benefícios de longo prazo da controlada em conjunto Carbocloro são exigíveis quando o empregado permanece por um determinado tempo de serviço na empresa, neste caso, dez anos, e a partir deste tempo a cada cinco anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado em forma imediata. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(e) *Participação nos lucros*

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

1.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

1.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

1.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas também

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

(c) *Benefícios de empregados*

O valor atual de obrigações de planos de pensão, assistência médica, aposentadoria compulsória e gratificação por tempo de serviço depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de benefícios de empregados.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de empregados. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera como referência as taxas de juros de títulos públicos denominados em reais e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de benefícios de empregados.

(d) *Vida útil do ativo imobilizado*

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

(e) *Provisões*

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de risco.

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os relatórios sobre controles internos emitidos pelo auditor independente são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia.

Não temos conhecimento de relatos ou citações que possam ou pudessem ter afetado de forma significativa os resultados da Companhia publicados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta publica de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

O item 10.7 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente, a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**
 - ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.**
 - iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.**
 - iv) contratos de construção não terminada.**
 - v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**
- b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

O Item 10.8 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais, nenhum item relevante deixou de ser evidenciado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**
- b) natureza e o propósito da operação.**
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não é aplicável, vide item 10.8